

**A ELEIÇÃO PRESIDENCIAL DE 1994 E O JORNAL *O GLOBO*:
QUESTÃO DO NEOLIBERALISMO COMO PROJETO DE
ESTADO E SOCIEDADE**

Fabício Ferreira de Medeiros¹

Resumo:

Não raro, tanto em livros didáticos quanto em trabalhos especializados, são feitas referências à década de 1990 como sendo a “década neoliberal” ou a “era neoliberal”, no Brasil. Trata-se de um período no qual grupos empresariais (incluindo-se a Imprensa) e autoridades políticas buscaram empreender um projeto neoliberal de Estado e Sociedade, deslocando responsabilidades de alçada pública para a esfera privada, sob a crença compartilhada na “mão oculta do mercado”. Nesse sentido, propomos analisar a projeção dessa ideologia convertida em projeto político nos anos 1990, a partir da cobertura noticiosa do jornal impresso *O Globo*, diante da eleição presidencial de 1994, na qual se destacaram o candidato tucano, reconhecidamente afinado com o neoliberalismo, Fernando Henrique Cardoso, e seu adversário, o petista Luiz Inácio Lula da Silva. Com base nos conceitos gramscianos de hegemonia e Aparelhos Privados de Hegemonia, buscamos identificar o posicionamento político e ideológico do jornal carioca e até que ponto seus noticiários tão somente informavam o público leitor sobre os fatos da realidade política.

Palavras-chave: neoliberalismo; jornal *O Globo*; hegemonia; Aparelhos Privados de Hegemonia; eleição presidencial de 1994.

Abstract:

Unlikely to be rare, both in educational books and specialized works, references have been made concerning the 90s as being the “neoliberalism decade” or “neoliberalism age”, in Brazil. It was a phase in which business groups (including the press) and political authorities engaged to launch a neoliberal project of State and Society, transferring the public responsibilities to the private globe, upon the shared belief in the “hidden hand of the market”.

¹ Licenciado em História, pelas Faculdades Integradas Campo-Grandenses (FIC) e Pós-Graduando em História Social e Cultural do Brasil, pela Coordenadoria de Extensão, Pós-Graduação e Pesquisa (CEPOPE).
Email: fabício.f.medeiros@hotmail.com

Along these lines, we propose to analyze the projection of this ideology converted into a political project of the 90s, from news coverage of the newspaper *O Globo*, facing the presidential election of 1994, that they stood out the PSDB candidate, admittedly in harmony with neoliberalism, Fernando Henrique Cardoso, also his opponent, the PT candidate Luiz Inácio Lula da Silva. Based on the Gramscian concepts of hegemony and private hegemony devices, we seek to identify the political and ideological position of the newspaper in Rio de Janeiro, furthermore identify until what extent their news just informed the public reader about the facts of political reality.

Keywords: neoliberalism; newspaper *O Globo*; hegemony; private hegemony devices; presidential election of 1994.

INTRODUÇÃO

Com a crise financeira internacional que se desenrolou ao longo da década de 1970, o Estado de bem-estar Social (*Welfare State*) passou a ser alvo de uma série de críticas. Avaliou-se que os excessos de poder de barganha dos sindicatos e de intervenção do Estado causaram a crise. A solução: diminuir a ação estatal na economia e flexibilizar as relações trabalhistas. Por sua vez, a queda do Muro de Berlim (1989) e o fim da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas – URSS - (1991) reforçaram as ideias dos defensores do neoliberalismo, que prontamente diagnosticaram uma combinação de capitalismo selvagem e livre-mercado para recolocar a economia mundial em seu eixo.

A imprensa esteve atenta a tudo isso. Políticas de liberalização econômica, privatizações e diminuição do poder do Estado apareceram como um bálsamo aos olhos dos donos de grandes jornais. Ao mesmo tempo em que assumia o compromisso com a fiscalização do poder público, a imprensa veiculou ideias, valores e ideologias que se espremiavam entre um noticiário e outro, orientando-se para a construção de um amplo consenso em torno do projeto neoliberal de Estado e sociedade. *Liberdade de imprensa* se confundiu, por vezes, com *liberdade de empresa*, ou seja, com o caráter mercadológico de jornais e revistas (SURIAN, 2007). Nessas condições, é possível argumentar que a tão propalada isenção de opinião em noticiários jornalísticos é algo, no mínimo, questionável.

Com essas considerações, propõe-se lançar luz sobre a relação estabelecida entre o jornal *O Globo* e a eleição presidencial de 1994, destacando-se os candidatos Luiz Inácio Lula da Silva, o Lula, do Partido dos Trabalhadores (PT) e Fernando Henrique Cardoso, ou FH, representante do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB). Com base no pensamento gramsciano, a partir do qual nos referimos aos conceitos de hegemonia e Aparelhos Privados de Hegemonia (APH), a pesquisa busca identificar e analisar o posicionamento político e ideológico do periódico carioca, neste ínterim, bem como sua filiação ao neoliberalismo.

Tendo em vista o alcance dos objetivos acima mencionados, partimos de duas hipóteses centrais. A primeira, de que o jornal *O Globo*, na condição de APH, assumiu determinado posicionamento político e ideológico na cobertura noticiosa da eleição presidencial de 1994, subvertendo a condição de “isenção” de opinião apresentada nos “Princípios Editoriais do Grupo Globo”. Em segundo lugar, por uma questão de convergência de interesses políticos e ideológicos, o periódico deixou sinais, ainda que nem sempre explícitos, de preferência à candidatura de Fernando Henrique, doravante “FH²”, no período eleitoral aqui analisado. *O Globo* seguiu o processo eleitoral como uma espécie de “Imprensa militante” do neoliberalismo e do PSDB, sob a carapaça de jornal comprometido apenas com a “verdade” dos fatos, atuando, portanto, longe da imparcialidade.

1 O NEOLIBERALISMO EM MOVIMENTO: A CONJUNTURA POLÍTICO-IDEOLÓGICA DOS ANOS 1990

Francisco Holanda (1998, p. 41) argumentou que o neoliberalismo nasceu com a fundação da Escola austríaca³, na década de 1940, de onde surgiu a tese de que “o liberalismo não fracassou, mas foi abandonado sem que tenha sido posto totalmente em prática”. Porém, o reconhecimento do neoliberalismo e sua consequente aplicação por parte de líderes governamentais só foi possível com o desenrolar “da crise do modelo econômico do pós-guerra, em 1973, quando todo o mundo capitalista avançado caiu numa longa e profunda recessão, combinando, pela primeira vez, baixas taxas de crescimento com altas taxas de inflação [...]”. Com isso, as ideias do economista austríaco Friedrich Hayek (1899-1992) e de

² Nas edições do *Globo*, normalmente, Fernando Henrique Cardoso foi referido como “FH”. Com o propósito de tornar a leitura mais agradável e fluente, entretanto, utilizaremos outras referências, como FHC, candidato tucano etc.

³ Que tem a sua frente o economista Von Mises (1881-1973) (HOLANDA, 1998, p. 41; nota de rodapé).

seus seguidores ganharam força, interpretando a crise como resultado do “poder excessivo e nefasto dos sindicatos e, de maneira mais geral, do movimento operário, que”, no entender de Hayek, “havia corroído as bases de acumulação capitalista com suas pressões reivindicativas sobre os salários e com sua pressão parasitária para que o Estado aumentasse cada vez mais os gastos sociais” (ANDERSON, 1995, p. 10-11).

Segundo Eric Hobsbawm, os embates travados em busca das razões da crise do capitalismo pós-Guerras, que polarizaram keynesianos⁴ e neoliberais, apontavam para um confronto entre ideologias distintas, mas que no geral estavam alicerçados em explicações de natureza econômica. Na verdade, ambos (keynesianos e neoliberais) afirmavam que “a ‘mão oculta’ smithiana do livre mercado tinha de produzir o maior crescimento da ‘Riqueza das Nações’ e a melhor distribuição sustentável de riqueza e renda dentro dela; uma afirmação que os keynesianos negavam” (HOBSBAWM, 1995, p. 399).

Deste debate, conforme Perry Anderson ressalta, saíram vitoriosos os adeptos das concepções neoliberais, defendendo uma pesada disciplina orçamentária, a ser seguida por todo e qualquer governante preocupado com as finanças públicas e, portanto, com a retomada do crescimento econômico. Este imperativo de austeridade nos gastos públicos, por sua vez, só surtiria efeito “com a contenção dos gastos com bem-estar, e a restauração da taxa ‘natural’ de desemprego, ou seja, a criação de um exército de reserva de trabalho para quebrar os sindicatos”. Uma vez que “a estabilidade monetária e os incentivos essenciais houvessem sido restituídos” o crescimento voltaria ao patamar desejado, da “Era de Ouro” capitalista (ANDERSON, 1995, p. 11).

Com essas diretrizes, “Os anos 80 viram o triunfo mais ou menos incontestado da ideologia neoliberal nesta região do capitalismo avançado”, em especial com a evolução política dos governos de Margaret Thatcher, eleita primeira ministra da Inglaterra (1979), e Ronald Reagan, quando chegou à presidência dos Estados Unidos um ano depois (ANDERSON, 1995, p. 11-12; COMBLIN, 1999, p. 11).

⁴ Seguidores do economista britânico John Maynard Keynes (1883-1946). Crítico de uma nova forma de relação Estado-Sociedade, na qual coloca a necessidade de maior intervenção estatal na Economia, de modo a garantir o pleno emprego, um Estado de bem-estar social (*Welfare State*) e a ampliação da capacidade de consumo, suas ideias ganham grande adesão por parte de governantes nas décadas de 1950 e 1960. Cf. o endereço eletrônico: http://www.ipea.gov.br/desafios/index.php?option=com_content&view=article&id=2267:catid=28&Itemid=23 (acessado em 15/10/2015).

1.1 Mercado autorregulado e Privatizações

Apresentando-se no Primeiro Mundo, ora sob o termo ‘globalização’, ora como ‘mundialização’ (COMBLIN, 1999, p. 10), o neoliberalismo não só foi defendido como “o único sistema possível de organização social, baseado na divisão do trabalho”, a saber, o capitalismo, como também costumou desqualificar “todas as formas alternativas de organização social, inclusive o socialismo”. Por outro lado, suas críticas não se resumiram ao modelo socialista, mas a qualquer “forma de intervencionismo político na economia” (HOLANDA, 1998, p. 43 e 47).

Nesse momento, é possível dizer que um dos princípios mais caros à argumentação neoliberal foi (e continua sendo) o do mercado autorregulado. Afirmava-se que o mercado representava um âmbito da vida social, em que todas as necessidades humanas teriam livre resolução, a partir da manutenção/preservação da autonomia de cada indivíduo frente ao Estado: “No mercado todos agem por conta própria. No entanto, as ações de cada um satisfazem tanto as suas próprias necessidades como também às necessidades dos outros. É o princípio da mão invisível” (HOLANDA, 1998, p. 58).

A supremacia do mercado autorregulado, ou *laissez faire* não teria muitos problemas se não fosse mera utopia⁵. Expliquemos. Os ideólogos neoliberais supunham a existência de relativa equivalência de condições de barganha entre empresários e consumidores e/ou trabalhadores, que, deixados a sua própria mercê, gozariam do direito à livre escolha (de determinado produto/serviço ou de dado emprego). Nas palavras de José Comblin,

O livre mercado supõe trabalhadores que competem livremente no mercado e oferecem o seu trabalho a quem oferecer melhor retribuição. Acontece que no mercado do trabalho comprador e vendedor não são iguais. O empresário é sempre ou quase sempre mais forte. Habitualmente pode impor as suas condições. O trabalhador supostamente tem livre escolha: aceita ou não a proposta de trabalho. Acontece que, no mundo real, ele não tem livre escolha. Tem que comer e, por isso, tem que aceitar o que se lhe oferece, ainda

⁵ Na verdade, “Entre todas as nações nunca prevaleceu o liberalismo de livre mercado” (COMBLIN, 1999, p. 16). Mesmo os governos mais comprometidos com o receituário neoliberal orientavam a economia da forma como mais lhe convinha. Ora, “os regimes mais profundamente comprometidos com a economia de *laissez-faire* eram também às vezes, e notadamente no caso dos EUA de Reagan e da Grã-Bretanha de Thatcher, profunda e visceralmente nacionalistas e desconfiados do mundo externo” (1995, p. 401 e 402). Em suma, para muitos economistas e líderes políticos o (neo)liberalismo pode ter se mostrado promissor, enquanto esteve preso ao campo do discurso (ideológico), mas enquanto prática, o mais comum foi a sua apropriação seletiva e a proteção dos interesses do mercado nacional contra as flutuações da economia mundial – uma lição que os governos no Brasil dos anos 1990 custaram a aprender.

A eleição presidencial de 1994 e o jornal *O Globo*: questão do neo-liberalismo
Como projeto de Estado e sociedade
Fabício Ferreira de Medeiros

que queira rejeitar a oferta. Não existe livre escolha para o trabalhador (COMBLIN, 1999, p. 17).

Luis Felipe Miguel corrobora esta citação quando afirma: “Os direitos importam. Mas não bastam”. Lembrando Rousseau (1964, p. 391-392 *apud* MIGUEL, 2012, p. 104), o cientista político faz uma crítica aos intelectuais que não consideram as desigualdades em suas análises sobre as democracias contemporâneas, argumentando que um regime desta natureza só tem conteúdo quando oferece, de fato, “uma relativa igualdade de meios; na fórmula famosa, ‘que nenhum cidadão seja tão opulento que possa comprar outro e nenhum tão pobre que se veja constrangido a se vender’”. Por conseguinte, é possível argumentar que “a organização social explicitada nas normas de uma sociedade só é dotada de pleno sentido quando conectada com as circunstâncias reais de vida das mulheres e homens que a habitam” (MIGUEL, 2012, p. 104). Sem esta equivalência, qualquer discurso, seja ele considerado de “direita” ou de “esquerda”, e qualquer lei caem logo no campo da retórica política e da inutilidade pública – haja vista a distância que os separa da realidade concreta -, servindo somente a interesses de determinados grupos sociais.

Os defensores do neoliberalismo não apenas se mostraram utópicos, como negaram a realidade experimentada por boa parte da população mundial. Negaram que a desigualdade era um elemento que, apesar de seu discurso, cada vez mais se propagava a partir do desenvolvimento do sistema capitalista, ou em outros termos, que a desigualdade social e econômica lhe era constitutiva⁶. E por isso concordamos com a afirmação de que “o mercado livre é pura ficção e pensar que basta estabelecer a liberdade de mercado para chegar à justiça é inconsequência” (COMBLIN, 1999, p. 47) – podem-se considerar os fenômenos da Primeira Guerra Mundial (1914-1918) e da Crise de 1929, dois marcos históricos da crise do modelo que mais se aproximou do ideal liberal de mercado, hegemônico no século XIX.

Outra ideia cara ao neoliberalismo, que se relacionou com a defesa do mercado autorregulado, é a privatização. Medida tomada sob o comando de um “Estado policial” ou “guardião”, tão somente “reduzido à função de polícia [...] que se limita a defender os direitos da propriedade e os contratos assumidos no mercado” concorrendo, não obstante, para a “a privatização dos lucros e a coletivização das perdas” (COMBLIN, 1999, p. 21-22).

⁶ Para uma análise sobre os resultados da aplicação das políticas (de liberalização econômica) neoliberais, ver: Hobsbawm (1995), Laurell (1995), Anderson (1995, p. 14-16 e 23), Comblin (1999, p. 104-110), Alves (2002) e Boito Júnior (1996) – os dois últimos artigos dedicados aos efeitos do neoliberalismo sobre o mundo do trabalho no Brasil.

A privatização, transferência do controle de serviços públicos para o domínio privado, pode abranger vários setores, a exemplo “das aposentadorias, dos hospitais e da saúde, do ensino, dos correios e transportes públicos, das estradas, dos parques, das prisões e da polícia, da limpeza pública”, portanto, muitos dos quais são serviços básicos e essenciais à vida, mas que partindo da ideologia neoliberal “deve ser empresa privada. Tudo deve ser oportunidade de criar capital [...]” (COMBLIN, 1999, p. 22).

Tal discurso encontrou eco na “crise do Estado” - ou seria também no seu *desmonte*⁷? -, que não podendo mais arcar com o amplo leque de investimentos sociais, deveria ser administrado com base numa austeridade compulsória. Como argumenta Asa C. Laurell (1995, p. 167), a privatização atuou como um “elemento articulador” das demais diretrizes neoliberais, atendendo à medida de abertura de “todas as atividades econômicas *rentáveis* aos investimentos privados, com o intuito de ampliar os âmbitos de acumulação, e ao objetivo político-ideológico de remercantilizar o bem-estar social”. No entanto, relativiza a autora, as privatizações não ocorreram aleatoriamente e sim de forma seletiva, diante daqueles serviços que apresentavam um mercado consumidor garantido ou em vias de se estabelecer (LAURELL, 1995).

Esta linha de pensamento, individualista, corroborou a focalização dos gastos sociais nos setores mais pobres, orientada para os países onde os recursos eram mais escassos – caso dos Estados da América Latina. O problema desta orientação das políticas sociais é que a oferta ampla de serviços básicos tais como os de saúde, educação e saneamento básico, se estiver desacompanhada da garantia de emprego pleno a população, torna implícita a degradação desses mesmos serviços, na medida em que a sociedade se divide entre aqueles que possuem apenas acesso aos serviços oferecidos pelo governo (conhecidos pela expressão “para todos”) e aqueles que, com maior poder aquisitivo, recorrem ao setor privado, onde, geralmente, se encontram os serviços de melhor qualidade (CORAGGIO, 1996).

Por tudo isso, o neoliberalismo inverteu o princípio da igualdade universal plasmado no liberalismo lockeano⁸, afirmando as desigualdades sociais como condição inata ao desenvolvimento do ser humano. Advertiu que a única igualdade que aproximava os

⁷ Referência à obra organizada por Ivo Lesbaupin *O desmonte da nação*, em que diversos autores se dedicam a analisar diferentes aspectos do primeiro governo Fernando Henrique Cardoso (1995-1998).

⁸ Referência a John Locke (1623-1704), filósofo inglês considerado o pai fundador do liberalismo. No seu entendimento, por serem criados por Deus a sua imagem e semelhança, todos os homens seriam iguais uns aos outros, tendo desse modo direito à vida, a liberdade e à autodefesa (Teoria do Direito Natural). Fonte: http://criticanarede.com/pol_locke.html (acessado em 19/10/2015).

indivíduos era aquela existente no terreno das necessidades, onde se encontravam os sistemas econômicos (HOLANDA, 1998). Além disso, “a desigualdade no mercado seria necessária para que pudesse funcionar a liberdade e a iniciativa otimizadora”, seguida, vez por outra, pela “inovação”. A crítica à ideia de justiça social foi feita “por tabela”, justificando “a retirada dos benefícios sociais do Estado” (TOLEDO, 1995, p. 80).

Em suma, podemos dizer com base nestes autores que o neoliberalismo, na medida em que foi transplantado do plano ideológico para a esfera política, viabilizou uma concentração dos lucros em função da coletivização das perdas, ao defender o mercado autorregulado e a privatização de serviços públicos, inconseqüências do sistema capitalista.

1.2 Sua adaptação para a realidade brasileira: os bastidores da crise do Estado

Uma vez que as políticas neoliberais não foram aplicadas de forma homogênea em cada país, estado ou município, é preciso atentar para cada caso em particular, considerando-se “a forma histórica específica de como se articularam os processos de legitimação do regime político, de reprodução da força de trabalho e de ampliação do campo da acumulação mediante o bem-estar social” (LAURELL, 1995, p. 156).

No caso do Brasil, que está inserido no quadro geral dos Estados latino-americanos, podemos dizer que se encontra, grosso modo, uma realidade diferente daquela apresentada nos ditos países de Primeiro Mundo⁹. Além de ter passado por um longo período de ditadura militar (1964-1985), o país sofreu de uma grave crise financeira no processo de transição para a democracia, da década de 1980 para a seguinte. Crise que, por sua vez, se relacionou com o endividamento contraído frente a credores internacionais, pelo menos desde a década de 1960, quando havia fartura de capitais prontos para serem oferecidos a países em desenvolvimento, dentre eles, o Brasil.

Os juros da dívida, que até então eram baixíssimos, cresceram de tal forma que os governantes já não sabiam mais como lidar com a situação – “No caso do Brasil, os juros internacionais subiram de um patamar de 1%-1,5% ao ano para 8% entre 1978 e 1980”. E foi justamente “nesse contexto que o Banco Mundial (BM) e o Fundo Monetário Internacional

⁹ Laurell (1995) aponta uma série de elementos que, caracterizando os Estados latino-americanos e aqueles do capitalismo central, permite uma sólida análise comparativa entre ambos, bem como maiores esclarecimentos sobre as condições encontradas nos primeiros, e as implicações da implantação das políticas neoliberais nestes Estados. Cf., no mesmo artigo, o tópico “Política social e Estado na América Latina”.

(FMI) ampliaram sua presença na América Latina”, como “cavalos de troia” dos países credores, prontos a viabilizar a liberalização dos mercados latino-americanos e, conseqüentemente, o pagamento da dívida externa:

Essas duas instituições, cuja ascendência norte-americana é notória, passaram a condicionar novos empréstimos à aplicação de determinadas políticas econômicas de ‘ajuste estrutural’. Tais políticas em linhas gerais são as mesmas do ‘receituário’ neoliberal [...] O ajuste fiscal, a redução de investimentos e o aumento de superávits primários visavam canalizar recursos para o pagamento e rolagem de dívidas públicas internas e externas (ARÊAS, 2012, p. 19).

Dentre as orientações do BM para o “ajuste estrutural” nos países da América Latina, comuns ao neoliberalismo, e que em determinados momentos, condicionaram os governos endividados a assumirem um compromisso com as diretrizes do FMI, constou: 1) a desregulamentação da economia, visando a derrubada de quaisquer barreiras comerciais; 2) a redução máxima de direitos sociais, focalizando os programas de assistência nos setores mais pobres; 3) a redução de gastos públicos, privatizando toda atividade que pudesse se desenvolver como negócio privado. Tal recuperação de custos viabilizaria a manutenção das políticas sociais (restritas), de modo a continuar oferecendo os serviços básicos (água, saneamento, saúde e educação) aos mais pobres; 4) a descentralização do poder de Estado, com a transferência de “responsabilidades sociais às instâncias de governo e às comunidades locais [ONG’s, associações de moradores etc.]”, com a permanência da centralização de decisões mais importantes; 5) investimentos, sob parceria público-privada, “em uma plataforma de infraestrutura produtiva que apoie o setor moderno-exportador¹⁰”; e por fim 6) a promoção de políticas direcionadas a estabilização econômica, de modo a garantir o pagamento da dívida e o livre movimento do capital (CORAGGIO, 1996, p. 81; grifo nosso; ARÊAS, 2012, p. 16-17) – de onde podemos enquadrar o Plano Real, que foi implementado em meados de 1994, no Brasil, buscando atender ao cumprimento da diretriz neoliberal de estabilização econômica (COMBLIN, 1999).

Tal corpo de ideias, ou melhor, diretriz política e econômica, foi reforçado pelo encontro que acabou por ficar conhecido como Consenso de Washington, que ocorreu em 1989, nos Estados Unidos da América (EUA), e reuniu vários organismos representantes do grande capital, a exemplo do Departamento do Tesouro, do BM, do FMI, do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), da Agência dos Estados Unidos para o

¹⁰ Não é por acaso que atualmente tantos líderes políticos têm valorizado a ideia de empreender Parcerias Público-Privadas (PPP).

Desenvolvimento Internacional (USAID) etc. Tendo como missão “discutir políticas econômicas para América Latina e Caribe”, o dito *Consenso* “reafirmava as prescrições do FMI e as políticas neoliberais” (ARÊAS, 2012, p. 20-21; CARCANHOLO, 1998, p. 25).

Neste contexto, grupos ligados a interesses corporativos “passaram a criticar [todo] o tipo de intervenção do Estado na economia e reivindicar mais liberdade de ação para o capital privado” (FONTES, 2005, p. 12 e 13 *apud* ARÊAS, 2012, p. 24; grifo nosso), em especial, em meio a Constituinte de 1987-1988 promovida no Brasil, momento em que grupos de pressão surgiram com maior ímpeto, em defesa do livre-mercado e contra o intervencionismo estatal¹¹.

Defendendo a ideia de crise do Estado, a exemplo de políticos, empresários e grupos corporativos estrangeiros, facções das elites dominantes, do grande capital regional e nacional tentaram se impor sobre a classe trabalhadora, suas conquistas e sobre quaisquer grupos que se apresentassem como obstáculos à afirmação de seus interesses.

Esse Estado, ineficiente, improdutivo, afirmavam, precisa ser transformado, modernizado¹², mais uma vez (isso já não admitiam) sob o avanço das relações capitalistas, que impõem uma indexação da economia brasileira a economia internacional, leia-se, de passagem, dependente de suas flutuações. Aproximação que foi realizada de forma acrítica e desastrosa, até mesmo do ponto de vista do crescimento econômico:

Se nos anos 80, considerados a ‘década perdida’, tivemos uma taxa média anual de crescimento do PIB de 3%, nos anos 90 o crescimento anual médio do país atingiu apenas 1,7% (até 1999) (POCHMANN, 2001, p. 9 *apud* ALVES, 2002, p. 71). A ‘década neoliberal’ aparece, portanto, como uma ‘década mais que perdida’. É a década da inserção subalterna do Brasil na mundialização do capital por meio de políticas neoliberais que acentuaram a lógica destrutiva do capital no país¹³ (ALVES, 2002, p. 71).

O discurso construído em torno desta questão, que comportava uma ‘nova racionalidade’ administrativa nomeada como “administração pública gerencial”, a qual os sociais-liberais afirmavam estar “orientada para o cidadão e para o controle dos resultados”

¹¹ Arêas (2012, p. 25) aponta, brevemente, em sua tese de doutoramento, o Movimento Cívico de Recuperação Nacional (MCRN), grupo criado em 1987, que reunia representantes de vários seguimentos empresariais, a exemplo de Lázara de Mello Brandão (Bradesco), José Ermírio de Moraes Filho (Grupo Votorantim) e Victor Civita (Editora Abril) etc. Tal organização, afirma o historiador, “difundia um discurso moralizante (anticorrupção) e antiestatizante – que viria a ser utilizado por Fernando Collor de Mello [...]”.

¹² Cf. Brasil (1995, p. 15 *apud* ZANARDINI, 2006, p. 71).

¹³ Cf. Comblin (1999, p. 101-102 e 67-68) para se ter um panorama das crises internacionais empreendidas pelo neoliberalismo na década de 1990 e visualizar uma crítica contundente sobre o movimento de inserção dos países de Terceiro Mundo no mercado mundial.

(ZANARDINI, 2006, p. 74), nada mais era que uma espécie de maquiagem para os verdadeiros sentidos da reforma do Estado, implementada principalmente a partir de 1995 com o Plano Diretor de Reforma do Aparelho do Estado (PDRAE), haja vista que:

O que há na reforma do Estado, através da implementação da administração pública gerencial e da sua preocupação com a descentralização e a autonomia, é o desenvolvimento de formas sutis de controle dos resultados, garantia da implementação do caráter ideológico da reforma diante da necessidade de reafirmação do estágio atual de desenvolvimento capitalista e sua lógica de internacionalização econômica (ZANARDINI, 2006, p. 77-78).

Em suma, o neoliberalismo chegou ao Brasil importado por grupos políticos e empresariais, que desde a Constituinte (1987-1988) projetavam seus interesses em oposição à classe trabalhadora assalariada. Privatizando várias empresas e setores do serviço público e enxugando o aparelho de Estado, os governos Fernando Collor de Mello (1990-1992) e mais precisamente Fernando Henrique Cardoso (1995-2002) implementaram uma espécie de “desmonte da nação”, que acabou por fomentar um sentimento de desilusão no brasileiro, com o período de redemocratização. Grandes grupos midiáticos, por sua vez, entraram neste movimento de adesão ao neoliberalismo, tendo em vista a liberalização do mercado e novas parcerias com o capital estrangeiro, que viabilizassem a condução de seus negócios. Na tentativa de criar uma atmosfera, ou melhor, uma opinião pública favorável aos princípios do livre mercado e à restrição dos direitos do trabalhador, a grande imprensa (jornais: *O Globo*, *O Estado de S. Paulo*, *Jornal do Brasil* e *Folha de S. Paulo*, em especial) entrou numa espécie de batalha de ideias, buscando convencer seus leitores de que não havia outra alternativa para o Brasil sair da crise, a não ser aderir a “modernização”, leia-se, ao neoliberalismo¹⁴.

Desse modo, no próximo capítulo, propomos uma análise da escalada neoliberal, no Brasil, a partir da cobertura noticiosa de *O Globo* sobre a eleição presidencial de 1994, melhor identificada com a disputa entre Lula e FH, por conseguinte, entre o PT e o PSDB. Vamos atentar para aspectos tanto de ordem política e social quanto econômicos e ideológicos, partindo do pressuposto de que *O Globo*, na medida em que informava seu público leitor sobre as campanhas presidenciais, incorporava em seus discursos valores, princípios e imaginários, que por vezes passaram despercebidos àquele que somente lia o jornal.

¹⁴ Cf. o relatório de pesquisa de Francisco Fonseca (FGV): “A Agenda da Transformação: a Grande Imprensa e a Hegemonia Neoliberal no Brasil II” (“A Grande Imprensa e o Governo Collor”), 2001.

2 O GLOBO E A ELEIÇÃO PRESIDENCIAL DE 1994: UMA LINHA TÊNUE ENTRE A INFORMAÇÃO DE FATOS E A FORMAÇÃO DE OPINIÃO

Como vários pesquisadores já apontaram, dentre eles os cientistas políticos Martins Junior (2007) e Rachel Meneguello (2004), a eleição presidencial de 1994 teve como destaque o confronto entre Lula e FH, onde se concentrou “mais de 70% das preferências” de voto. Tal disputa, que polarizou o espectro político, colocando de um lado um partido de “centro-esquerda” (PT) e de outro, um de “centro-direita” (PSDB) (MENEGUELLO, 2004, p. 164) marcou não só esta eleição, como também marcaria a seguinte (1998), estendendo-se até as eleições mais recentes (2014), fato que aponta uma considerável preeminência destes partidos na história política recente.

Citando mais uma vez Meneguello (2004), na referida eleição de 1994, um elemento (cultivado no interior do governo) se sobrepôs aos conteúdos programáticos dos dois partidos: o Plano Real. Lançado em 1º de julho pelo governo federal¹⁵, o Plano prometia estabilizar a economia, introduzindo uma nova moeda, o Real - o que de fato o fez. A nova moeda, sobrevalorizada em relação ao dólar, contribuiu para “derrubar a inflação”, aumentando “o poder de compra dos importadores brasileiros¹⁶” e, por conseguinte, do consumidor. Como consequência, esta medida alterou sobremaneira o comportamento eleitoral, fomentando a simpatia do eleitorado nacional. Conclui a cientista política, apontando que “As decisivas alterações das preferências do eleitorado em direção a Fernando Henrique Cardoso indicaram o combate imediato à inflação como o principal protagonista destas eleições e o principal componente do voto” (MENEGUELLO, 2004, p. 165).

Finalmente, o resultado da eleição foi que o candidato do PSDB e ex-ministro da Fazenda, Fernando Henrique Cardoso, venceu a eleição para a presidência da República logo

¹⁵ FH, que participou da elaboração do Plano Real, saiu do Ministério da Fazenda em 27 de março de 1994 para concorrer a eleição presidencial. Em seu lugar, assume o embaixador Rubens Ricupero. Fonte: documento “200 anos do comércio exterior brasileiro”, do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC). Acessado em: <http://www.desenvolvimento.gov.br/sitio/interna/interna.php?area=5&menu=2041> (em 19/7/2015).

¹⁶ Fonte: MDIC.

no primeiro turno, com 54,35% dos votos, sendo seguido por Lula e seus 27% de votos válidos¹⁷.

2.1 Aspectos econômicos no centro dos debates: Plano Real, inflação, salário mínimo/distribuição de renda, privatizações e Reforma Gerencial do Estado

Passando à análise de *O Globo*, e para além do Plano Real, destacado anteriormente, consideremos os seguintes elementos do plano econômico que delinearão a disputa eleitoral nos noticiários do jornal carioca: a inflação, o salário mínimo e a distribuição de renda, as privatizações e a Reforma Gerencial do Estado. Esses elementos, cada um a seu modo, estiveram presentes nos discursos de Lula e/ou Fernando Henrique, reproduzidos e avaliados pelo periódico. O que precisamos questionar é: como *O Globo* se posicionou frente aos debates travados entre os candidatos - haja vista que mesmo os noticiários não estão isentos de juízo de valor? Em outras palavras, que importância exerceu cada um desses aspectos sobre as campanhas dos candidatos, na avaliação do jornal? Veremos que o veículo noticioso do Grupo Globo deu seu parecer sobre o desfecho da eleição, indicando o motivo principal que levou à vitória de Fernando Henrique Cardoso, do PSDB, portanto, do programa neoliberal.

Já na primeira edição do jornal analisado nesta pesquisa, fica explícita a identificação do Plano como protagonista do confronto PT *versus* PSDB. Sob o título “Real acirra disputa entre FH e Lula”, *O Globo* afirmou que o candidato tucano já “fez questão de ressaltar a paternidade do plano em campanha pelo Sul do país” – haja vista que FH era ministro da Fazenda à época da elaboração do mesmo. Lula, por sua vez, e como parte de sua estratégia logo depois do lançamento da promessa de controle da inflação, “vai concentrar todas as suas críticas ao Plano Real para tentar mostrar ao eleitorado as contradições das medidas adotadas pelo Governo para estabilizar a economia” (*O GLOBO*, 1/8/1994, p. 3).

Enquanto Lula, em queda acentuada nas pesquisas de intenção de voto, defendia “uma melhor distribuição de renda e de um salário-mínimo maior”, que permitissem uma melhoria da qualidade de vida do povo, Fernando Henrique recebia uma demonstração de apoio popular, em passagem pelo interior da Bahia. Em reprodução ao que diziam os populares a FH: ‘ministro, não larga o real, segura o real’ (*O GLOBO*, 1/8/1994, p. 3), o jornal apontou

¹⁷ *Idem.*

para aquilo que avaliava ser a principal chamada da campanha tucana sobre o Plano, quando diz: “Quem é contra vota em Lula, quem é a favor vota em Fernando Henrique” (*O GLOBO*, 2/10/1994, p. 3).

Em outra oportunidade, o periódico deu conta de reproduzir demonstrações de apoio popular a FH, enquanto este seguia em campanha pelo estado do Ceará. Com “uma aprovação praticamente integral aos primeiros resultados do plano”, o candidato do PSDB teve a chance de verificar sua própria popularidade, no momento em que perguntou a Cícero Santos, um vendedor de arroz da região de Cascavel, se o mesmo já notou alguma queda nos preços. Segundo o jornal, o vendedor respondeu: “- Tá baixando, sim senhor. Agora tá ficando bom” (Citado em *O GLOBO*, 7/8/1994, p. 5).

Depois de citar uma crítica de Lula ao Plano, em que o petista teria dito “que uma reforma monetarista não resolve os nossos problemas principais” (*O GLOBO*, 1/8/1994, p. 3), o jornal não deixou de apontar o posicionamento do candidato representante de segmentos trabalhistas como um equívoco em sua campanha, utilizando o seguinte título no dia seguinte “PT admite que errou ao subestimar o Plano Real”. Na verdade, o que pudemos perceber na fala de Lula discorrida no periódico carioca é que o mesmo estava apenas frisando a importância de se somar a estabilização econômica uma melhoria da qualidade de vida da maioria da população, via (re)distribuição de renda. Até aquele momento, Lula não tinha admitido que sua estratégia fora um erro, mas tão somente buscou apontar os limites do Real, aquilo que ainda estava por ser feito e que não se encerraria na garantia da estabilização econômica. Nas palavras de Lula, inclusive, citadas pelo *Globo*: “- Não vou acabar com o real, mas vou colocar mais real no bolso dos trabalhadores” (2/8/1994, p. 4).

Trazendo mais uma vez a imagem de FH junto às camadas populares, o periódico colocou como manchete¹⁸ (o que indica a importância atribuída ao assunto) o seguinte parecer: “FH desafia Lula a ir para a rua com ele” (*O GLOBO*, 8/8/1991, p. 1). Seguindo o informe sobre a campanha tucana, o jornal reproduziu uma conversa com Fernando Henrique, em que o mesmo teria dito que “foram as camadas mais baixas e as donas de casa que perceberam logo de início que a adoção do real era positiva” (*O GLOBO*, 8/8/1994, p. 3). E justamente por perceber até que ponto o controle da inflação poderia se reverter em votos favoráveis a sua campanha, o ex-ministro tucano aproveitou de sua participação no Governo,

¹⁸ Segundo o jornalista Nilson Lage (1987, p. 59; ênfase do original), manchete é o “título principal de um jornal ou de uma página”, mas que pode ser representada também através de uma “*manchete fotográfica*, foto que domina a página”.

acreditando que devia se tornar candidato à presidência da República “para poder administrar o plano” (*O GLOBO*, 1/8/1994, p. 3).

Às acusações de Lula e demais adversários na eleição presidencial, de que o candidato do PSDB praticava o arrocho salarial dos trabalhadores – Lula chegou a afirmar que FH “*está mentindo de forma descarada*”, aludindo ao período em que o tucano foi ministro e não se preocupou com aumentos de salário (*O GLOBO*, 20/8/1994, p. 5; nota de topo de página; ênfase do original) -, o candidato tucano respondeu concordando que o salário-mínimo estava ainda muito baixo, mas argumentando que “um aumento agora geraria uma crise fiscal e que antes é preciso resolver o problema da Previdência Social” (Fernando Henrique Cardoso citado em *O GLOBO*, 17/8/1994, p. 3). A ordem do dia de FH definia, a princípio, o controle da inflação, depois se preocupar com os trabalhadores e com seu bem-estar social, compreendendo que o momento era de consolidação do Plano Real e que ceder a pressão dos sindicatos poderia pôr o mesmo em risco, logo, sua candidatura.

A certeza de FHC, de que não cabia um aumento do salário mínimo, era tamanha que o tucano disse ao jornal carioca possuir “pesquisas que mostram que 60% da população são contrários a aumentos de salários que possam atrapalhar o plano” (Citado em *O GLOBO*, 23/8/1994). Cumpre destacar que apenas três dias depois, Fernando Henrique expôs ao periódico que “recebeu uma pesquisa de opinião informando que 70% dos brasileiros acham melhor não ter aumento de salários agora para não atrapalhar o Plano Real”. Segundo o mesmo jornal, FH avaliou que os resultados da pesquisa mostravam que “os entrevistados sabem que seus salários estão baixos, mas sentem que este não é o momento de reivindicar o aumento, para o bem do país” (Citado em *O GLOBO*, 27/8/1994, p. 3). Resta considerar que não querer aumento de salário foi uma decisão do povo ou era apenas a palavra do candidato tucano?

Como este “preferiu não dizer quem fez a pesquisa” apenas prometendo “mandar cópias dela para os jornalistas” (*O GLOBO*, 27/8/1994, p. 3) – algo que não foi noticiado, ao menos até o fim da eleição, no jornal da família Marinho -, é duvidoso considerar que naquele momento (e em qualquer outro da história) o brasileiro não almejasse o aumento de sua principal fonte de renda. Por outro lado, considerando que os leitores do *Globo* formam um público heterogêneo, ao noticiar que FH não pensava em aumento de salário mínimo, o jornal devia dar conta de satisfazer aos interesses de segmentos empresariais, comerciais etc., que pelos princípios básicos de uma economia capitalista (dentre eles, a otimização de recursos),

se beneficiam com o congelamento salarial. Por seu lado, Lula chegou mesmo a afirmar que dentre as suas propostas para a “estabilidade duradoura da moeda”, ou seja, do Real, era necessário “o controle dos preços e a punição dos comerciantes que fizeram remarcações abusivas” (Citado em *O GLOBO*, 27/8/1994, p. 8). Sendo assim, por que um empresário, dono de fábrica, ou mesmo um pequeno comerciante iria querer pagar mais dinheiro ao seu empregado e sofrer as devidas sanções, elegendo um operário que com um discurso “agressivo”, prometia intervir na economia, controlando preços de produtos e punindo aqueles que viessem a se aproveitar de uma situação de crise econômica? Por que, enfim, alguém votaria num candidato que criticava o Plano Real, o estabilizador da economia, controlador da inflação? Precisamos considerar os diversos anseios e interesses em jogo e as demandas de cada grupo social, mas no tocante a decisão do voto, ao que se lê do *Globo*, é mais fácil elencar as razões para não votar em Lula.

Aliás, em várias edições do *Globo*, verbos tais como “atacar”, “endurecer”, “radicalizar” foram utilizados para se referir às ações de Lula em meio a disputa presidencial. No noticiário do dia 10 de Agosto de 1994, por exemplo, lia-se logo no título “**Lula pretende endurecer ainda mais os ataques a FH**” (p. 8; ênfase do original). Dias depois, o periódico informava seu leitor de que “**Lula vai radicalizar discurso contra FH**” (*O GLOBO*, 14/8/1994, p. 5; ênfase do original). Na verdade, uma série de títulos (e de notícias, de modo geral) do jornal carioca deu conta de associar a imagem do candidato petista a uma postura mais agressiva e combativa - diferente daquela assumida pelo intelectual tucano - a exemplo de: “Lula se programa para atacar em várias frentes” (*O GLOBO*, 28/8/1994, p. 3), “Radicais ganham espaço no PT com a saída de Tendler” (*O GLOBO*, 11/9/1994, p. 4), “Lula diz que vai dar uma lição em Fernando Henrique” (*O GLOBO*, 18/9/1994, p. 4), “**Lula ataca o processo eleitoral**¹⁹” (*O GLOBO*, 23/9/1994, p. 5; ênfase do original). Em certa oportunidade o jornal chegou a afirmar que “O PT pretende continuar a *bater duro* no candidato do PSDB, Fernando Henrique Cardoso, acusando-o de ser um instrumento do PFL e do PTB para manter tudo como está no país” (*O GLOBO*, 13/8/1994, p. 3; ênfase nossa). Portanto, nas páginas do *Globo*, o candidato do PT, Luiz Inácio Lula da Silva, não *criticava* seu adversário, e sim *atacava* este constantemente, postura de uma pessoa “agressiva” e “radical” que

¹⁹ Em edição do dia anterior, Lula teria publicado um artigo na revista espanhola ‘Cambio 16’, onde o petista denuncia fraudes no processo eleitoral brasileiro, expressas no ‘uso da máquina do Estado’ e na ‘manipulação articulada da informação pela grande imprensa’ (*O GLOBO*, 22/9/1994, p. 3), fazendo referência aos noticiários do Plano Real, por exemplo. Em seguida, Lula argumentaria que o uso do poder econômico e do aparelho de Estado, por parte da elite dirigente, tornariam as eleições ilegítimas, a exemplo do que ocorrera no México, “onde o partido do Governo é acusado de usar a máquina administrativa e a força econômica para perpetuar-se no poder” (*O GLOBO*, 23/9/1994, p. 5).

precisava lidar com outra eventual derrota na eleição presidencial, indica o jornal – Lula já tinha perdido a oportunidade de assumir o cargo de presidente da República, ficando em segundo lugar na eleição de 1989, em que saiu vitorioso Fernando Collor de Mello.

Voltando a tratar das questões de natureza econômica, cumpre analisar as notícias acerca das privatizações propostas por Fernando Henrique: um dos principais instrumentos da política neoliberal. Seguindo o título “Pacote fixará regras para privatizações”, *O Globo* discorreu sobre o programa a ser desenvolvido em um eventual governo FH, apontando como se daria o processo, quais seriam seus objetivos e sua principal característica:

[...] vai começar com o envio de um pacote de medidas ao Congresso Nacional estabelecendo regras para regulamentação do mercado nos setores de telecomunicações e mineração. A diferença básica do programa de privatização adotado no Governo Fernando Collor é a presença do Estado como órgão regulador do mercado. [...] A proposta é estabelecer parcerias do Estado com a iniciativa privada, inclusive com a participação de empresas estrangeiras.

A maior característica do programa de privatização do eventual Governo Fernando Henrique será o estímulo à participação do capital estrangeiro (1/9/1994, p. 5).

Ora, um Estado que consegue atuar como “órgão regulador do mercado”, ao mesmo tempo em que cede espaço a iniciativa privada de âmbito nacional e, em posição de destaque, à “participação de empresas estrangeiras”, ou se mostra muito habilidoso ou, pelo menos, muito retórico em sua propaganda. E para não deixar dúvidas, o jornal reproduziu a defesa feita por um dos coordenadores de campanha de FH, não identificado, sobre o caráter desse governo que podia se consolidar: “- Esse será um Governo socialdemocrata, e não neoliberal. Por isso, o Estado continua como regulador do mercado nessas áreas estratégicas” (Citado em *O GLOBO*, 1/9/1994). Como o leitor pode observar, apesar da importância que reserva às privatizações, a candidatura tucana se recusou a assumir uma identidade neoliberal, apontando para a falta de uma ampla base social favorável à aceitação desta ideologia no Brasil – algo, portanto, por se construir. Com efeito, pesquisadores como Manoel Luiz Malaguti, Reinaldo Carcanholo e Marcelo Carcanholo (1998) afirmam que no Brasil, de “generais” a “soldados”, os adeptos do neoliberalismo resistem contra uma identificação pública com esta ideologia, chegando mesmo a negar sua existência. Comblin (1999), por sua vez, ressalta que na América Latina, de modo geral, o neoliberalismo surge como ‘ajuste’. Ou seja, vários intelectuais têm discutido a ausência de identificações de partidos políticos, programas governamentais etc. com o neoliberalismo, como indício de que ainda não há uma opinião

pública favorável a esta ideologia, permanecendo seus defensores e seus objetos (projetos econômicos, por exemplo) disfarçados sob outros rótulos.

Ainda no campo da economia, em se tratando de previsão de investimentos, segundo o periódico, “FH fará do desenvolvimento sua meta” (título da edição de 8/9/1994, p. 3). Calculava-se para os quatro anos de governo um investimento de cerca de US\$ 20 bilhões, sendo “US\$ 5 bilhões por ano para a importação de bens de capital – máquinas e equipamentos para modernizar a produção nacional”. Mas não era só isso. Em todo o mandato, se eleito, Fernando Henrique prometia “aplicar R\$ 100 bilhões em obras de infraestrutura e recuperação do Estado, de modo a promover o desenvolvimento”. Números convidativos, aos quais até não entendedores de economia poderiam sentir alguma atração. Porém, não é aqui que a falta de um viés mais propriamente social no programa tucano transparece nas páginas do *Globo*. Logo em seguida, apesar de mostrar que FH reconhecia a situação precária da educação pública no Brasil, o jornal colocou que “Nos setores de educação e saúde, o programa não fala em números. Diz que é necessária uma revolução do ponto de vista administrativo” (*O GLOBO*, 8/9/1994, p. 3). Ou seja, na avaliação que o jornal fez do programa de governo tucano, não eram necessários maiores investimentos em educação e saúde, e sim uma reforma administrativa, leia-se descentralizadora e otimizadora de recursos públicos.

Novamente, seguindo a interpretação do jornal sobre o programa de governo do candidato do PSDB, temos o argumento de que “Para consolidar a esperada estabilidade econômica do Plano Real, o programa de governo de Fernando Henrique aponta a reforma do Estado como uma providência indispensável”. Assim, tendo em vista uma espécie de aumento de *performance* da máquina pública, FH “propõe a redefinição das competências e responsabilidades da União, dos estados e municípios, o estabelecimento de parcerias entre o governo e o setor privado, reforma na Previdência Social e a reformulação do programa de privatizações” (*O GLOBO*, 8/9/1994, p. 3) – carro-chefe de seu governo ao lado do Plano Real. Complementava o periódico:

Fernando Henrique afirma que a crise brasileira é uma crise do Estado, que perdeu a capacidade de investimento e deixou de cumprir suas funções essenciais, a promoção da justiça, do desenvolvimento e do bem-estar. A reforma do Estado, segundo o candidato, deve fortalecê-lo contra ‘as pressões do clientelismo político e dos interesses particulares de grupos ou corporações’ (*O GLOBO*, 8/9/1994, p. 3).

Para não restar dúvidas quanto ao poder que devia ser garantido ao Estado em uma futura gestão do PSDB, o projeto previa – como já mencionamos – o “Estado como agente regulador da economia”, ao mesmo tempo em que sua proposta de privatizações²⁰ colocava a “flexibilização dos monopólios estatais do petróleo e das telecomunicações” (*O GLOBO*, 8/9/1994, p. 3) – ao contrário do que Lula defenderia em seu programa de governo, quando criticou a gestão das telecomunicações no Brasil, pois esta “sempre direcionou os investimentos e decisões no sentido de estabelecer serviços de telecomunicações como suporte de desenvolvimento de fortes grupos econômicos, nacionais e estrangeiros – os mesmos que sempre orientaram a política do próprio país”. O candidato petista complementou sua visão do quadro em questão, propondo “garantir que as atividades desse setor sejam realizadas dentro do conceito estratégico que lhe é conferido” (Trecho do programa de governo de Lula citado em *O GLOBO*, 26/9/1994, Caderno de Informática). Apesar da proposta do PT não ser clara neste recorte, também não apontava nada a respeito da privatização do setor ou de uma quebra de monopólio, como fez seu adversário do PSDB, Fernando Henrique Cardoso.

Em suma, *O Globo* reforçou, ainda que sutilmente em seus noticiários, a campanha em torno de Fernando Henrique, na medida em que apoiou seu programa de privatizações e a proposta de Reforma Gerencial do Estado. A adesão não se deu tanto por afirmações do próprio jornal, mas por abertura de espaços para determinados pontos de vista, em detrimento de outros, resultado direto da garantia de um “monopólio do direito de falar e de agir em nome de uma parte ou da totalidade dos profanos”, diria o sociólogo francês Pierre Bourdieu (2012, p. 185).

Por exemplo, o periódico ofereceu uma oportunidade ao deputado federal e presidente da Igreja Universal Reino de Deus, sr. Laprovita Vieira, candidato à reeleição pelo Partido Progressista (PP), de expor sua defesa do programa neoliberal. Destacando que Laprovita era simpático à candidatura e aos ideais de Fernando Henrique, o jornal afirmou que o mesmo “defenderá o enxugamento do Estado e uma reforma tributária que amenize a carga de impostos sobre os empresários”. Na avaliação do presidente da Universal do Reino de Deus, “O problema é gerencial”. Como se não bastasse, conclamou os fiéis desta instituição religiosa a não votarem em Lula, com um argumento que ignora as competências dos poderes

²⁰ Cf. ‘As privatizações têm que ser aceleradas’, defesa do neoliberalismo feita pelo deputado federal e presidente da Igreja Universal Reino de Deus, o sr. Laprovita Vieira (*O GLOBO*, 14/9/1994, p. 8).

Executivo e Legislativo. De acordo com Laprovita: “- O povo evangélico não pode se calar diante de um homem que pretende ser o mandatário da nação e quer adotar um crime, caso do aborto. Isso é uma coisa que a Bíblia condena” (Citado em *O GLOBO*, 14/9/1994, p. 8).

Se *O Globo* não impôs sua linha de raciocínio explicitamente, ao menos, articulou as informações e os projetos políticos e econômicos em questão de forma a identificar o controle da inflação com a figura de FH, em detrimento de Lula, que passou a ser representado como um sujeito “pessimista”, inimigo da estabilização da moeda, pois crítico do Real. Fernando Henrique foi representado como um político que tanto se interessava pelas necessidades do povo brasileiro, como também estava atento aos anseios do setor empresarial, prevendo a otimização de recursos em áreas que tão somente “bastava reformar” sob uma ótica administrativa, além de ser o presidente que iria investir, se eleito, bilhões de dólares em bens de capital e infraestrutura. Finalmente, ao reafirmar, referindo-se ao Plano Real, que “Quem é contra vota em Lula, quem é a favor vota em Fernando Henrique” (*O GLOBO*, 2/10/1994, p. 3), o periódico se posicionou frente à disputa eleitoral, atendendo ao programa tucano na medida em que atendia a seus próprios interesses políticos e econômicos, de flexibilização do monopólio do setor de telecomunicações ao lado de incentivos ao capital estrangeiro²¹.

CONCLUSÃO

Nesta pesquisa, buscamos identificar e analisar o posicionamento político e ideológico do jornal *O Globo* frente à eleição presidencial de 1994. Em vez de considerar os editoriais em nossa análise, espaços em que o periódico expõe explicitamente os interesses políticos (a opinião) de seu dono (CAPELATO, 2015), optamos por avaliar os noticiários. Este espaço dedicado a tão somente informar o leitor, sob a máxima isenção de opinião, não raro, pode estar permeado de ideias, valores, culturas (politicamente engajadas), porém nem sempre perceptíveis. E foi justamente através dos noticiários do *Globo* que pudemos considerar a filiação ideológica do jornal.

²¹ De acordo com a pesquisa de Cláudio Camargo (2008, p. 271-272), estas medidas se tornaram viáveis a partir da aprovação da Emenda Constitucional de nº 8 (1995), já no governo Fernando Henrique, que “quebra o monopólio estatal das telecomunicações, e com leis que permitem a participação do capital estrangeiro nas áreas de telecomunicações e, principalmente, a Emenda Constitucional n. 36, de 2002, que autoriza a participação de pessoas jurídicas no capital social das empresas jornalísticas e de radiodifusão, inclusive de capital estrangeiro, limitado a 30% do total”.

Na medida em que *O Globo* se utilizou de termos tais como “radicalizar”, “endurecer”, “ataca” e até “bater duto” para construir uma imagem de Lula em seus noticiários, o periódico não apenas informou seu leitor, como também lançou sua defesa sobre determinado projeto político, em detrimento de outrem. Ao (re)afirmar que as críticas de Lula ao Plano Real eram um grande equívoco político e que votar contra o Real equivalia a votar contra o próprio Brasil, o veículo noticioso da família Marinho se posicionou, assumiu a postura de quem estava apenas reproduzindo uma afirmação alheia, quando na verdade se apropriava de um discurso (do discurso tucano).

Em suma, *O Globo* assumiu a defesa da campanha de Fernando Henrique a presidência da República em 1994, articulando discursos, termos de associação, construindo e desconstruindo imaginários, enfim, forjando um consenso em torno da imagem do candidato tucano, em que este surgia como um tipo de líder carismático, em associação aos segmentos populares, pois conseguiu controlar a inflação via Real. *O Globo* buscou estabelecer uma mediação entre diversos segmentos sociais a partir da associação entre Fernando Henrique, o Plano Real e a estabilização econômica, como se deve fazer um Aparelho Privado de Hegemonia comprometido com a causa para a qual quer orientar e está orientado. Portanto, seu papel de agente militante da nova hegemonia, a neoliberal, foi desempenhado visando a projetar a nova direção política que se formava com a eleição de FHC, a ‘conduzir’, a ‘ser guia’, a ‘ser líder’ (GRUPPI, 1978, p. 1), como implica o exercício da hegemonia em um movimento que articula sociedade civil e sociedade política, conforme explicou Gramsci (1968, 1978).

Ao mesmo tempo, o jornal indicou propostas do programa de governo tucano que deviam beneficiar tanto ao setor privado nacional quanto estrangeiro, propostas que só seriam viáveis com a Reforma Gerencial do Estado. A defesa do *Globo*, resta dizer, foi consoante a projeção dos interesses de seu dono, pois a liberalização do mercado nacional e a privatização do setor telecomunicações etc. eram propostas que serviam (e serviram) bem a uma empresa que se articulava ao capital estrangeiro. Desse modo, o neoliberalismo não foi uma exclusividade de políticos, mas também suscitou o interesse de grupos empresariais, pois estes, dependendo de suas posições na economia e de suas condições competitivas no mercado, optaram por buscar a afirmação liberal do capitalismo, na medida em que buscavam o lucro. Por isso mesmo, não podemos esquecer da crítica esboçada por Nelson Werneck

A eleição presidencial de 1994 e o jornal *O Globo*: questão do neo-liberalismo
Como projeto de Estado e sociedade
Fabício Ferreira de Medeiros

Sodré, segundo a qual, “a história da imprensa é a própria história do desenvolvimento da sociedade capitalista” (SODRÉ, 1999, p. 1).

Por tudo isso, é preciso considerar a influência da imprensa sobre o campo político, bem como sobre a formação das variadas tendências da opinião pública. A partir do momento em que um jornal de grande envergadura como é o caso de *O Globo* parte em defesa de determinado projeto político e de uma ideologia, torna-se fundamental questionar os limites da estrutura dos meios de comunicação no Brasil, reconhecidamente sensível a formação de oligopólios midiáticos. O problema, logo, não deve ser o de que um jornal, revista ou emissora de televisão possua determinado posicionamento político. A questão que se coloca é a das implicações sociais e políticas advindas de tal orientação, em um país onde cerca de 10 famílias praticamente controlam a comunicação de massa. É antes de tudo um problema de falta de pluralidade dos meios de comunicação do que de restrição da liberdade de expressão nas mídias. A uma sociedade plural só pode haver meios de comunicação plurais, suficientes para se alcançar a maior parte da população, ou, ao menos, a maior parte das tendências políticas, ideológicas, culturais, ou seja, de opinião e manifestação do pensamento e estilos de vida. É esta a orientação que bem melhor deve servir ao exercício da democracia, ao esclarecimento e à cidadania. Por razões óbvias, uma imprensa, fundamentalmente, voltada para o lucro e para o mercado dificilmente se prestará a servir a causas como essas que discutimos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVES, Giovanni. Trabalho e sindicalismo no Brasil: um balanço crítico da “década neoliberal” (1990-2000). *Revista de Sociologia e Política*, nº 19, Nov. 2002. p. 71-94.

ANDERSON, Perry. Balanço do neoliberalismo. In: SADER, Emir; GENTILI, Pablo (orgs.). *Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

ARÊAS, João Braga. *Batalhas de O Globo (1989-2002): o neoliberalismo em questão*. 352 p. Tese (doutorado em História Social) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal Fluminense, 2012.

BOITO JR., Armando. Hegemonia neoliberal e sindicalismo no Brasil. *Crítica Marxista*, São Paulo, Brasiliense, v. 1, 1996. p. 80-105.

CAMARGO, Cláudio. O meio é a mensagem: A globalização da mídia. In: MARTINS, Ana Luiza; LUCA, Tania Regina de (orgs.). *História da imprensa no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2008.

CAPELATO, M. H. R. A imprensa como fonte e objeto de estudo para o historiador. In: VILLAÇA, Mariana e PRADO, Maria Ligia C. (orgs.). *História das Américas: fontes e abordagens historiográficas*. São Paulo: Humanitas: CAPES, 2015.

CARCANHOLO, Marcelo Dias. Neoliberalismo e o Consenso de Washington: A verdadeira concepção do desenvolvimento do governo FHC. In: MALAGUTI, Manoel Luiz; CARCANHOLO, Reinaldo A.; CARCANHOLO, Marcelo D. (orgs.). *Neoliberalismo: a tragédia de nosso tempo*. São Paulo: Cortez, 1998.

COMBLIN, José. *O neoliberalismo: ideologia dominante na virada do século*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1999.

CORAGGIO, José Luis. Propostas do Banco Mundial para a educação: sentido oculto ou problemas de concepção? Traduzido por Mónica Corullón. In: TOMMASI, L.; WARDE, M. J.; HADDAD, S. (orgs.). *O Banco Mundial e as Políticas Educacionais*. São Paulo: Cortez Editora, 1996.

A eleição presidencial de 1994 e o jornal *O Globo*: questão do neo-liberalismo
Como projeto de Estado e sociedade
Fabrício Ferreira de Medeiros

FONSECA, Francisco. *A Agenda da Transformação: a Grande Imprensa e a Hegemonia Neoliberal no Brasil II (A Grande Imprensa e o Governo Collor)*, 2001. Relatório de Pesquisa nº 50, EAESP-FGV-NPP.

GRAMSCI, Antonio. *Maquiavel, a Política e o Estado Moderno*. 3ª ed. Tradução de Luiz Mário Gazzaneo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

_____. *Os Intelectuais e a Organização da Cultura*. Tradução de Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.

GRUPPI, Luciano. *O conceito de hegemonia em Gramsci*. Tradução de Carlos Nelson Coutinho; apresentação de Luiz Werneck Vianna. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1978.

HOBBSBAWM, Eric J. As décadas de crise. In: _____. *Era dos Extremos: o breve século XX: 1914-1991*. Tradução Marcos Santarrita; revisão técnica Maria Célia Paoli. São Paulo: Companhia de Letras, 1995.

HOLANDA, Francisco Uriban Xavier de. *Do liberalismo ao neo-liberalismo: o itinerário de uma cosmovisão impenitente*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1998.

LAGE, Nilson. *Estrutura da notícia*. 2ª ed. São Paulo: Editora ática, 1987.

LAURELL, A. C. Avançando em direção ao passado: a política social do neoliberalismo. In: _____. (org.). *Estado e Políticas Sociais no Neoliberalismo*. Revisão técnica de Amélia Cohn; tradução de Rodrigo León Contrera. São Paulo: Cortes, 1995.

LESBAUPIN, Ivo (org.). *O desmonte da nação: balanço do Governo FHC*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1999.

MARTINS JUNIOR, J. P. *A disputa entre PSDB e PT nas eleições presidenciais 1994-2006*. 219 p. Tese (doutorado em Ciência Política) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2007.

MENEGUELLO, Rachel. Partidos e tendências de comportamento: o cenário político em 1994. In: DAGNINO, Evelina (org.). *Os Anos 90: política e sociedade no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 2004.

MIGUEL, Luis Felipe. Democracia e sociedade de classes. *Revista Brasileira de Ciência Política*, Brasília, nº 9, setembro-dezembro de 2012. p. 93-117.

SODRÉ, Nelson Werneck. *História da Imprensa no Brasil*. 4ª ed. Rio de Janeiro: Mauad, 1999.

SURIAN, Francisco Emílio. *A liberdade de imprensa e sua ressignificação no neoliberalismo*. O Jornalismo sob a ameaça da intensificação da produtividade e da lucratividade. Orientador: Profa. Dra. Nancy Nuyen Ali Ramadan. São Paulo: ECA-USP, 2007. (Dissertação de mestrado).

TOLEDO, Enrique de La Garza. Neoliberalismo e Estado. In: LAURELL, A. C. (org.). *Estado e Políticas Sociais no Neoliberalismo*. Revisão técnica de Amélia Cohn; tradução de Rodrigo León Contrera. São Paulo: Cortes, 1995.

ZANARDINI, I. M. S.. A reforma do Estado: contribuição para a produção de condições ideológicas necessárias ao contexto da globalização e da pós-modernidade. In:

_____. *A ideologia da pós-modernidade e a política de gestão educacional brasileira*. Tese (doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), Campinas, SP, 2006.

FONTES PRIMÁRIAS

Do Grupo Globo:

ÁREAS DE ATUAÇÃO DO GRUPO GLOBO. Texto que faz menção aos veículos de comunicação, entretenimento e de suporte pertencentes ao Grupo: <http://grupoglobo.globo.com/> (acessado em 05/07/2015).

PRINCÍPIOS EDITORIAIS DO GRUPO GLOBO. Documento que discorre sobre o jornalismo, os atributos que um veículo de comunicação deve seguir e a conduta do jornalista etc.: <http://oglobo.globo.com/principios-editoriais/> (acessado em 05/07/2015).

ACERVO DO JORNAL *O GLOBO*. Sítio eletrônico de onde foram catalogadas os exemplares, que durante os meses de Agosto, Setembro e início de Outubro noticiaram as campanhas de FH e Lula na eleição de 1994: <http://acervo.oglobo.globo.com> (acessado em 29/09/2015).

INFOGLOBO.COM. Site que apresenta informações relativas aos jornais impressos do Grupo Globo, bem como dados sobre seus leitores: <http://infoglobo.com.br/Anuncie/Home.aspx> (acessado em 29/09/2015).

Outras:

200 ANOS DO COMÉRCIO EXTERIOR BRASILEIRO. Documento do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC): <http://www.desenvolvimento.gov.br/sitio/interna/interna.php?area=5&menu=2041> (acessado em 19/07/2015).

Crítica à teoria política de John Locke, por Anthony Kenny (Universidade de Oxford): http://criticanarede.com/pol_locke.html (acessado em 19/10/2015).

Perfil do economista britânico John Maynard Keynes (1883-1946): http://www.ipea.gov.br/desafios/index.php?option=com_content&view=article&id=2267:catid=28&Itemid=23 (acessado em 15/10/2015).

Perfil do historiador Eric Hobsbawm: <http://cultura.estadao.com.br/noticias/geral,a-vida-e-a-obra-de-eric-j-hobsbawm-pelo-historiador-elias-thome-saliba,938453> (acessado em 19/10/2015).

Pesquisa sobre a “Evolução da intenção de voto para presidente” (1994), do Instituto Datafolha. Disponível em: <http://datafolha.folha.uol.com.br/eleicoes/1994/10/1203291-intencao-de-voto-presidente---1994.shtml> (acessada em 29/09/2015).

Site da Revista *Exame*: <http://exame.abril.com.br/negocios/melhores-e-maiores/2014/> (acessado em 11/10/2015).